

A FORMAÇÃO DA UNILATERALIDADE POLÍTICO-MORAL DA PEQUENA POLÍTICA DO OCIDENTE EM NIETZSCHE

Cristiane Maria Marinho¹

RESUMO: No presente artigo buscaremos explicitar a formação da unilateralidade político-moral da Pequena Política do Ocidente em Nietzsche. Para tanto, inicialmente, será explicitada a importância da temática nietzschiana da Pequena Política. Em um segundo momento, será apresentada a Pequena Política no âmbito agonístico com a Grande Política, mostrando o fracasso da modernidade e sua decadência, bem como a possibilidade de sua superação pela Grande Política, via esgotamento da Pequena Política e pela transvaloração de todos os valores. Em um terceiro movimento, será tematizada a construção da unilateralidade político-moral da Pequena Política e sua recusa à diferença, relação entre *decadence* e niilismo, tendo por base a análise nietzschiana da cultura judaica, do instinto judeu e do movimento cristão. No item final será apresentada a transformação dessa unilateralidade político-moral da Pequena Política: as novas ideias iluministas substituídas do Deus morto; o pseudo humanismo igualitário da democracia moderna de melhoramento da natureza humana; e, por fim, a ideia do niilismo perfeito na figura do *budismo de ação*, como Nietzsche chama o anarquismo russo, que traz uma força destruidora capaz de abalar aquela unilateralidade e promover uma mudança de perspectiva política que seja afirmativa da vida.

¹ Graduada em Filosofia (FAFIFOR), especialista em Economia Política (UECE), mestre em Filosofia (UFPB/UFMG), doutora em Educação (UFC), pós-doutora em Filosofia da Educação (UNICAMP), doutoranda em Filosofia (UFG), professora de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS-UECE). E-mail: cmarinho2004@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Nietzsche; Pequena Política; Grande Política; Ocidente.

THE MORAL-POLITICAL UNILATERALITY FORMATION OF THE WESTERN SMALL POLITICS IN NIETZSCHE

ABSTRACT: In this work we will try to specify the moral- political unilaterality formation of the Western Small Politics in Nietzsche. For this purpose, firstly the importance of the Nietzschean theme in Small Politics will be specified. In a second moment it will be shown the Small Politics in the agonistic context together with the Small Politics to show the failure and decline of Modernity as well as the possibility of its overcoming by the Big Politics through exhaustion of the Small Politics and transvaluation of all values. In a third moment it will be themed the moral-political one-sidedness of the Small Politics, the new enlightened ideas and their refusal to difference, the relationship between decadence and nihilism based on the Nietzschean analysis of the Jewish culture, the Jewish instinct and the Christian movement. In the final section it will be shown the transformation of the moral-political one-sidedness of the Small Politics: the dead God new substitute enlightened ideas; the pseudo-igualitarian humanism of modern democracy for the betterment of human nature; and, finally, the idea of the perfect nihilism in the image of the Buddhism of action, as called by Nietzsche the Russian Anarchism, which brings a destructive force capable of shaking up that one-sidedness and promoting change in the political perspective so that it may be affirmative to life.

KEYWORDS: Nietzsche; Small Politics; Big Politics; West.

Introdução

A finalidade do presente texto² é apresentar a noção de Pequena Política presente na primeira parte – **“Pequena Política” e Unilateralidade Político-moral** – do livro **A grande política em Nietzsche**, de autoria de Jorge Luiz Viesenteiner, que trouxe a discussão em torno de um tema polêmico, controverso e pouco pesquisado no Brasil, numa época em que, já há mais de dez anos, a discussão acadêmica sobre o tema da Grande Política em Nietzsche era incipiente e relativamente desenvolvida no nosso país.

Afirmamos ser essa discussão relativamente pouco desenvolvida no nosso país porque, conforme Marton (2010), desde a entrada do pensamento nietzschiano por estas terras tivemos quatro focos de discussão em torno do pensamento de Nietzsche: 1) no início do século XX, provavelmente vindo com os anarquistas espanhóis, predominou a face contestadora do seu pensamento no âmbito da literatura; 2) por volta das décadas de 30 e 40 do século XX, o pensamento

² Este artigo é fruto da Disciplina **A pequena e a grande política em Nietzsche** ministrada pela Profa. Dra. Adriana Delbó, minha orientadora, no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

nietzschiano foi apropriado como sendo de direita e aparecia em revistas fascistas; 3) já no final dos anos 1960, na esteira da apropriação de seu pensamento pela extrema-esquerda francesa, por aqui era discutido como um filósofo iconoclasta que oferecia ferramentas para se pensar a realidade, mas não se fazia um estudo rigoroso acadêmico de seus textos; 4) por fim, na década de 1980, talvez por influência do marxismo que crescia na academia em função da resistência à ditadura militar, o pensamento de Nietzsche era mal visto:

[...] passaram a alertar contra os perigos do contágio Nietzsche. Afirmaram que ele era um filósofo menor, cuja obra não teria interesse algum para os brasileiros; sustentaram que seus textos nada trariam de novo para nós, pois não dariam resposta para nossas questões; chegaram a declarar que aqui seus escritos poderiam mostrar-se nefastos como já tinham se mostrado na Europa (MARTON, 2010, p. 24).

Contudo, de forma mais ampla, é possível afirmar que a discussão sobre a política em Nietzsche, mesmo sendo incipiente e pouca estudada nos inícios do ano 2000, já era indicada em alguns trabalhos produzidos na primeira década desse período: livros, dissertações, teses e grupos de estudo. Esse fato mereceria um levantamento documental, dado a certa crença acadêmica de que Nietzsche é um “pensador que defende o valor da autorealização individual contra as estruturas políticas” (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 24).

É possível, também, apontar mais dois motivos para compreender a importância da abordagem do pensamento político nietzschiano. Em primeiro lugar, vem o fato dele ter sofrido uma enorme distorção por uma suposta defesa de totalitarismo, despotismo, belicismo e racismo, ao ponto de ser considerado um filósofo que teria fundamentado o nazismo alemão (Cf. BARRENECHEA, 2008). Em segundo lugar, porque a abordagem que ele faz da política foge ao tradicional tratamento dado à política, seja em sua versão liberal, seja em sua versão socialista. Assim, para Nietzsche, o Estado é compreendido como resultado de ímpetus humanos, tais como domínio, exploração, controle e violência, servindo como instrumento para sublimá-los, “ao invés de ser explicado como resultado da racionalidade a fim de proteção da vida” (LOPES, 2009, p. 1).

O livro que apresentamos aqui traz uma discussão sobre a Pequena Política e a Grande Política no pensamento de Nietzsche, atravessa diversos textos de sua obra e tece um fio condutor com essas diversas passagens, visto que essa discussão não se encontra sistematizada na obra nietzschiana.

Assim sendo, o objetivo da obra **A grande política em Nietzsche** é mostrar como se articula, no pensamento de Nietzsche, o fracasso da modernidade e sua decadência, mas também a

possibilidade de sua superação. Por intermédio de algumas hipóteses, o autor apresenta a Grande Política como um momento político, moral e cultural dessa superação e que pode advir pelo esgotamento da Pequena Política, momento este que se caracteriza pela homogeneidade dos homens e pela exclusão do diferente, do conflito e pela política como mera busca de auto conservação. Contudo, como mencionado acima, no presente artigo, vamos fazer a exposição da primeira parte do livro, que é a referente à pequena política. No final da exposição, o presente artigo também contempla uma breve reflexão sobre a democracia como expressão máxima da pequena política no pensamento nietzschiano. Para tanto, lançaremos mão de alguns aforismos de Nietzsche para respaldar essa afirmação.

Pequena Política versus Grande Política

Para melhor situarmos a reflexão que Viesenteiner desenvolve na primeira parte do livro, objeto da nossa exposição, é importante apresentar sua estrutura geral, a qual tem por objetivo central apresentar três *hipóteses hermenêuticas* de interpretação da Grande Política no pensamento de Nietzsche, bem como localizar essa noção filosófica em sua obra. O autor aborda a Grande Política no âmbito mais geral da crítica político-moral efetuada por Nietzsche ao processo civilizatório do Ocidente e, mais especificamente, no âmbito de sua crítica à política-cultural.

Apesar de Viesenteiner vasculhar boa parte da obra nietzschiana, garimpando a presença da ideia da Grande Política, somente encontrará esta noção, elaborada de maneira mais intensa, no último período da produção filosófica de Nietzsche, do último trimestre de 1888 até janeiro de 1889. Nesse período, afirma o autor, o estudo do tema da Grande Política deve muito ao “minucioso trabalho histórico-filológico dos organizadores das obras completas de Nietzsche, Giorgio Colli eazzino Montinari” (VIESENTEINER, 2006, p. 15).

O autor ainda adverte que o tema da Grande Política deve, genérica e rigorosamente, ser entendido no sentido de um *contradiscurso*. Fazendo parte do projeto nietzschiano de elaboração de uma genealogia da cultura ocidental, a Grande Política se contrapõe à “pequena política”, característica da modernidade político-moral, que apequena e homogeneiza o homem por intermédio da democracia moderna, a qual estabelece uma igualdade política despotencializadora das singularidades e da vida, tendo por suporte uma moral de rebanho inspirada no cristianismo como é possível depreender do aforismo 201 do livro *Além do bem e do mal*:

Quando os impulsos mais elevados mais elevados e mais fortes, irrompendo passionalmente, arrastam o indivíduo muito acima e além da mediania e da planura da

consciência de rebanho, o amor-próprio da comunidade se acaba, sua fé em si mesma, como que sua espinha dorsal, é quebrada: portanto, justamente esses impulsos serão estigmatizados e caluniados. A espiritualidade superior e independente, a vontade de estar só e mesmo a grande razão serão percebidas como perigo: tudo o que ergue o indivíduo acima do rebanho e infunde temor ao próximo é doravante apelidado de *mau*; a mentalidade modesta, equânime, submissa, igualitária, a *mediocridade* dos desejos obtêm fama e honra morais. Finalmente, em condições muito pacíficas há cada vez menos ocasião e necessidade de educar sentimento para o rigor e a dureza; e então todo rigor, até mesmo na justiça, começa a perturbar a consciência; uma dura e elevada nobreza e responsabilidade consigo chegam quase a ofender e despertam desconfiança, “o cordeiro”, mais ainda, “a ovelha”, cresce na consideração (NIETZSCHE, 1992, p. 100).

A Grande Política também integra o projeto nietzschiano de transvaloração de todos os valores. Por isso, também tem a “tarefa de preparar as condições que, doravante, deverão ser convertidas no estabelecimento dos novos *para quê*” (VIESENTEINER, 2006, p. 16). Além do atravessamento do tema da Grande Política com a transvaloração de todos os valores e com a genealogia, ele também cruza, necessariamente, com outros temas fundamentais do pensamento nietzschiano, tais como niilismo e além-do-homem.

A obra se estrutura e se desenvolve sobre e a partir do que o autor chama de *hipóteses hermenêuticas* e que, em um primeiro momento, assim as denomina pelo “fato de o tema se encontrar de maneira esparsa ao longo dos escritos de Nietzsche, sendo necessária, pois, uma leitura do conjunto das obras do filósofo a fim de expressar tais possibilidades hermenêuticas” (VIESENTEINER, 2006, p. 17).

A exposição dessas *hipóteses hermenêuticas* se desenvolve em três partes. A primeira parte se intitula “**Pequena Política**” e **Unilateralidade Político-moral**, na qual é apresentada a construção dessa unilateralidade político-moral do Ocidente cristão e sua possibilidade de transformação. A hipótese hermenêutica apresentada trata da unilateralidade político-moral do Ocidente da Pequena Política a quem a Grande Política se contrapõe como contradiscurso.

A segunda parte, que tem por título **A Grande Política como Superação da Modernidade Político-Moral e a Indicação de sua Grande tarefa**, traz uma discussão indicativa das relações simultâneas da Grande Política com o passado e o futuro, bem como apresenta a Grande Política relacionada com o projeto de Transvaloração de todos os valores. A hipótese hermenêutica que norteia essa segunda parte tem por base uma interpretação dialética da filosofia de Nietzsche que, por sua vez, pensa a Grande Política tendo como suporte algumas das principais noções do pensamento nietzschiano, tais como niilismo, além-do-homem e transvaloração. Ressalte-se que

não se trata aqui da dialética hegeliana do *aufhebung*, mas sim da dialética no sentido grego do *agon*, de embates que nunca terminam e sem um *telus* último.

Por fim, a terceira parte, intitulada **A Grande Política e a Noção de Pluralidade Conflitual Entre Perspectivas**, é elaborada a partir da caracterização da Grande Política e sua relação com o perspectivismo. A hipótese hermenêutica sustentada aí fala sobre “a unidade cultural – como uma espécie de governo da Terra – reivindicada pela Grande Política, bem como a pluralidade antagônica e agonística que esta unidade encerra em si” (VIESENTEINER, 2006, p. 17). Ou seja, a unidade cultural na Grande política se refere à unidade da pluralidade de resistências, perspectivas e experimentações que poderão ser criadas por uma filosofia experimental e seus filósofos legisladores que ultrapassem o nivelamento espiritual e o egoísmo nacionalista próprios da pequena política.

A unilateralidade político-moral da Pequena Política: construção

Nesta primeira parte do livro, Viesenteiner, seguindo os passos de Nietzsche e lançando mão da primeira hipótese hermenêutica, apresenta a Grande Política como um contra movimento que se opõe como resistência à unilateralidade político-moral do Ocidente que caracteriza a Pequena Política, a qual se efetivou plenamente na modernidade política, sua máxima expressão. Nesse sentido, é preciso compreender que o problema central da unilateralidade político-moral da Pequena Política é a recusa à diferença e o exercício da generalização, uma dinâmica niilista que estabelece a igualdade entre todos e busca a sobrevivência se impondo como perspectiva dominante,

graças a uma estratégia de isolamento, negação e extermínio de perspectivas diferentes e também possíveis (diferenças políticas, raciais, éticas, religiosas etc.) que almeja, por um lado, a eliminação do conflito, mas por outro, só o executa, pois objetiva a auto conservação. Nivelamento e mediocrização do tipo homem – características emblemáticas na hipótese hermenêutica da unilateralidade político-moral – são, portanto, os elementos aos quais Nietzsche reclamará, doravante, a compulsão à Grande Política (VIESENTEINER, 2006, p. 24).

Assim, de forma mais ampla, é possível afirmar que a construção da unilateralidade político-moral no Ocidente deve muito à recusa da diferença, recusa esta apoiada em uma “dinâmica que tem por estratégia a inversão ou negação de uma outra perspectiva com o objetivo final de auto conservação” (VIESENTEINER, 2006, p. 27). Essa unilateralidade se explica por três elementos: pela relação entre *décadence* e niilismo, pela análise nietzschiana da cultura judaica e do instinto judeu e pelo movimento cristão.

No que diz respeito ao primeiro elemento, a relação entre *décadence* e niilismo, é possível afirmar que Nietzsche toma o termo *décadence* à Psicologia da sua época, compreendido então como “desagregação dos instintos”, e o associa à filosofia e à moralização do homem moderno, iniciada com Sócrates, Platão e o Cristianismo. Este último sendo compreendido como proposta moral hegemônica do Ocidente.

Já na relação entre *décadence* e niilismo propriamente dita, explicitada pelo autor em diversas passagens da obra nietzschiana e, também, da de vários comentadores, é suficiente salientar a ideia aí predominante e que oferece a justificativa da relação entre unilateralidade, niilismo e decadência: qual seja, em uma tendência hegemônica, a vontade do nada, o niilismo, é a lógica da *décadence* que, por sua vez, traz uma dinâmica niilista que é negação e extermínio da alteridade e também negação da potência de vida.

Contudo, inversamente do que se poderia pensar, “Nietzsche não repele este processo decadencial, mas antes, acolhe-o inferindo que ele está entre aquelas coisas mais desejáveis que pudessem existir” (VIESENTEINER, 2006, p. 29), pois a *décadence* deve ser analisada também positivamente, porque pode ser um meio para o engrandecimento e não, simplesmente, uma finalidade em si, de culto à decadência. Dessa forma, é possível pensar o movimento da decadência como uma potência, desencadeando uma crise de valores que, se cultivada, poderia suscitar uma transvaloração dos valores.

Já no segundo elemento a explicar a construção da hipótese da unilateralidade político-moral no Ocidente, ou seja, a análise nietzschiana da cultura judaica e do instinto judeu, a relação do *jüdischer instinkt* e a *dynamis* do niilismo, é importante ressaltar que os judeus tiveram papel fundamental nessa unilateralidade político-moral, bem como no triunfo da negatividade na *décadence*.

Negatividade e *décadence*, no âmbito judeu, surgem e se fortalecem, segundo Nietzsche, com a dissolução do povo judeu como Estado. Viesenteiner relembra que o estado judeu, em suas origens fortemente moral e politicamente estruturado, devido à relação do seu povo com a divindade, acaba por degenerar: seja em função da generalização dos seus cultos e a conseqüente anarquia interna, seja em função da invasão assíria. Contudo, apesar das ameaças externas e do sentimento de perda da unidade nacional, o povo judeu decidiu continuar a sobreviver como nação. A estratégia utilizada para tanto foi isolamento e oposição, “[...] *negar intransigentemente o que é diferente de judeu* ou exterminar toda perspectiva diferente da judia a fim de sobreviver, é o que

Nietzsche entende por *jüdischer instinkt*, cuja dinâmica [...] é igualmente negação” (VIESENTEINER, 2006, p. 36). Ou seja, da dissolução do povo judeu como Estado resultou os instintos de decadência e, também, uma forma de proclamar sua própria hegemonia judaica e sua unilateralidade político-moral.

O terceiro elemento a entrar na formação da unilateralidade político-moral do Ocidente, e que, também, compõe a primeira hipótese do autor, se refere ao movimento cristão - **a relação do *jüdischer instinkt* (cristão) e a *dynamis* do niilismo** - que, por sua vez, está diretamente ligado ao instinto judaico: “se o *jüdischer instinkt* contribui de maneira relevante na construção da unilateralidade, seu estabelecimento será operado pelo cristianismo entendido como proposta moral hegemônica para o Ocidente” (VIESENTEINER, 2006, p. 38). O Cristianismo deve ser compreendido a partir do Judaísmo do qual nasceu, e sua hegemonia no Ocidente nada mais é que a absolutização dos valores do judaísmo se impondo como perspectiva única e com sua dinâmica niilista de extermínio, dinâmica esta “que se configura como negação e extermínio da alteridade” (Idem, p. 29).

Tudo isso significou a concretização da unilateralidade político-moral no Ocidente e a caracterização da modernidade niilista, no sentido acima indicado de negação do diferente, em todos os campos (político, moral, cultural, econômico etc.). A negação do mundo (imanência, corpo, instinto) levada a cabo pelo cristianismo, bem como o extermínio da diferença e de outras perspectivas em busca da sua hegemonia e da sua autoconservação fez com que a moral cristã se tornasse hegemônica e o Cristianismo conseguisse “sua *mundanização* no interior dos movimentos sócio-políticos, economia, artes e até mesmo nas ciências naturais” (VIESENTEINER, 2006, p. 42). Para o autor, “a ascensão da interpretação cristã ao plano hegemônico significa, finalmente, a efetivação concomitante da hipótese levantada sobre aquilo que Nietzsche denominou de pequena política” (Idem).

A unilateralidade político-moral da Pequena Política: transformação

Seguindo ainda a primeira parte, o seu segundo item trata das transformações que a unilateralidade político-moral sofre no Ocidente, do processo de efetivação da pequena política e da dinâmica niilista, concernente a essas transformações, e que alimenta aquela unilateralidade. Ou seja, continua a análise da crítica nietzschiana à modernidade política homogeneizante. À ideia do instinto judeu predominando nos rumos da unilateralidade político-moral do Ocidente, vem se agregar a morte de Deus, a qual inaugura novas configurações do niilismo, permanecendo seu

caráter de exclusão dos diferentes. Nesse momento, a unilateralidade político-moral, característica da pequena política, se efetivará nas ideias modernas de liberdade, igualdade, fraternidade, direitos iguais, democracia, socialismo, anarquismo etc., nos diz o autor apoiado em textos nietzschianos.

Viesenteiner explora três tópicos nesse item. O primeiro tópico trata sobre **o niilismo europeu e a mudança na sua expressão**, no qual investiga novas expressões do *niilismo*, dentre eles o niilismo imperfeito. A questão é que a Modernidade (*neue Zeit*) não rompe de fato com a tradição cristã, pois a unilateralidade político-moral continua sendo alimentada pela *dynamis* niilista e pelo *jüdischer instinkt*. Em nome das novas ideias iluministas, só aparentemente a tradição cristã é negada, mas, na verdade, o que existe é o esforço de manter vivo a sombra de um deus morto na sua aparente substituição por um novo ideal recém-criado pela tradição cristã, as novas expressões do niilismo.

Foi a morte de Deus, para Nietzsche 'o maior dos acontecimentos recentes', que engendrou novas formas de niilismo no Ocidente e, também, possibilitou a interpretação da história ocidental como decadência, bem como a análise crítica do presente. Num fragmento do outono de 1887, Nietzsche fará a diferenciação entre o que denomina de 'niilismo perfeito' e 'niilismo imperfeito': "*Questão principal. Em que medida o niilismo perfeito é a consequência necessária dos ideais de até então. O niilismo imperfeito, suas formas: nós vivemos inseridos neste contexto. A tentativa de evitar o niilismo sem, no entanto, transvalorar os valores, acaba por trazer à tona uma lógica contrária: intensifica o problema*" (NIETZSCHE apud VIESENTEINER, 2006, p. 53). Ao que assim argumenta Viesenteiner (2006, p. 53).

O niilismo imperfeito é entendido como a tentativa obstinada da modernidade de *preencher* o lugar outrora ocupado pelo Deus cristão. Numa tentativa de auto fundamentação – primeiro sintoma do desdobramento do processo de *décadence* que culmina na morte de Deus – os novos tempos acabam erigindo um novo ideal para ocupar o mesmo trono dantes divino. Neste sentido, progresso, democracia, socialismo, moral, ciência – todos centrados numa espécie de culto divino à Razão e otimismo santificado na capacidade humana – configurar-se-iam nos ideais laicizados candidatos à ocupação do trono celestial; enfim, é o homem moderno, o 'último homem' que se descobre, piscando os olhos, inventor da felicidade. É neste sentido que o niilismo imperfeito procura superar o niilismo sem, contudo, transvalorar os valores.

Os novos tempos buscam substituir a autoridade do Deus morto por outras autoridades mundanas, mas só conseguem prolongar a dinâmica niilista, compreendida como a desvalorização dos valores supremos (cf. VIESENTEINER, 2006, p. 66), modernização do instinto judeu e exclusão do diferente, renovando dessa forma a unilateralidade político-moral do Ocidente presente na Pequena Política. O prolongamento dessa dinâmica niilista acontece porque ela permanece nas

ideias e nos acontecimentos dos tempos modernos, mormente na democracia representativa, trazendo a mesma dinâmica de negação e exclusão do diferente, contradizendo, portanto, os próprios ideais da Modernidade e do Esclarecimento.

O segundo tópico aborda **as “ideias modernas” como expressão das transformações da unilateralidade e dístico da pequena política**, no qual se encontra a análise das ideias modernas como expressões das transformações da unilateralidade. O autor esclarece que Nietzsche, ao fazer a crítica das ideias modernas, não pretende destruí-las, mas sim fazer uma genealogia da cultura ocidental via o perspectivismo, visando desarticular essas ideias modernas e desnudar sua pretensão à absolutização. O filósofo faz outra denúncia importante acerca das ideias modernas: a de que elas trariam um suposto programa de *melhoramento da natureza do homem*, mas que na verdade desembocariam num *pseudo-humanismo igualitário*.

Essas novas ideias modernas, – democracia, fraternidade, socialismo, anarquismo etc. –, que se constituem como novos ídolos, trazem, perigosamente, a absolutização de uma moral (judaico-cristã), a incitação ao pertencimento ao rebanho, a eliminação de conflitos entre perspectivas, a criação de um homem fraco e inofensivo e a imposição da ideia da existência de um único tipo de felicidade. Como corolário, “tais doutrinas sociais da felicidade desembocam, inevitavelmente, em forte repressão, isto é, excluindo estrategicamente a partir da negação de tudo aquilo que não seja igual a elas” (VIESENTEINER, 2006, p. 60).

Dentre essas ideias modernas, o autor prioriza a abordagem crítica nietzschiana sobre a democracia, já que ela é a mais expressiva da modernidade. Dentre outros elementos importantes, merecem destaque os seguintes: a democracia é a expressão laicizada do Cristianismo e, como sua principal expressão moderna, adentrou em todas as esferas da cultura ocidental, constituindo um ‘projeto civilizatório’; o movimento democrático realiza fortemente a dinâmica niilista de isolamento, negação e extermínio das diferenças por intermédio da igualdade, seu princípio basilar; a democracia é a forma mais acabada do niilismo imperfeito, pois não rompe com a tradição cristã e nem com a dinâmica de exclusão judaica; a suposta igualdade política da democracia equivale à “igualdade das almas diante de Deus”; a democracia, como mundanização cristã, prolonga a unilateralidade ocidental (no sentido de extermínio de conflitos em nome da igualdade); e, por fim, a decadência igualitária democrática faz parte da Pequena Política (Cf. VIESENTEINER, 2006, p. 61).

O terceiro tópico consiste em uma discussão sobre **o niilismo entendido como budismo da ação e a nova transformação da unilateralidade: o coroamento da perspectiva da pequena**

política, tendo como centro o anarquismo político russo, que é um niilismo que ascende à reflexão filosófica, se vivencia como estado psicológico, toma consciência do vazio deixado pela morte de Deus e do fato de nada ter sentido e é uma das formas mais radicais do niilismo ocidental. Dessa forma, a unilateralidade político-moral sofre uma radical transformação na figura do budismo de ação, que é a forma como Nietzsche chama o anarquismo russo.

O radicalismo do anarquismo russo, ou budismo de ação, consiste em um niilismo ativo caracterizado pela *híbris*, a atitude de vontade de destruição da natureza, de Deus e do homem. É essa força destruidora que pode abalar a unilateralidade político-moral, transformando a negação cristã do mundo em práxis revolucionária. Esta atitude radical é caracterizada pela vivência do niilismo como estado psicológico e pelo seu posicionamento extremado de não acreditar em nada, podendo servir como ponte para que o homem se proíba de acreditar em qualquer interpretação divina do mundo.

Se a democracia representa a forma mais acabada de niilismo imperfeito, o anarquismo russo, o budismo de ação, representa a expressão máxima do niilismo perfeito:

A vivência do niilismo como estado psicológico não autoriza mais ao homem colocar um *novo ídolo* no vazio deixado pela morte de Deus, diferentemente de antes, quando o crepúsculo do Deus cristão acabava abrindo as portas para novas formas de niilismo, as quais Nietzsche denominou de niilismo imperfeito, isto é, Razão, Democracia, Progresso etc. É o momento em que o homem não mais se permite a substituição de Deus por um novo ideal, por consciência de seu novo estado, que Nietzsche chama de "niilismo perfeito", isto é, "a consequência necessária dos ideais até então" (VIESENTEINER, 2006, p. 70).

Contudo, apesar do radicalismo do budismo de ação, ele não deixa de ser, também, somente uma nova transformação da unilateralidade político-moral, pois na sua continuidade de niilista segue usando a lógica de extermínio ao invés da de combate, buscando a eliminação de conflitos entre perspectivas e prosseguindo com a dinâmica de negação (contra o Estado, a Igreja, a família etc.). Assim, para Nietzsche, o budismo de ação "é entendido como lógica final do processo de desdobramento do niilismo ao longo da história ocidental" (Cf. VIESENTEINER, 2006, p. 72). A crítica nietzschiana da Pequena Política, unilateral e alimentada pelo niilismo, não permite novos ídolos e sim novos ideais, os quais não podem ser confundidos com alguma teleologia transcendental e nem com o propósito de substituir os antigos ídolos. Dessa forma, a modernidade niilista só será superada quando esgotar ao máximo seus elementos constitutivos. É o que pode acontecer a partir do engendramento da Grande Política.

A democracia moderna como Pequena Política em Nietzsche

Como visto acima, Nietzsche fala de dois tipos de niilismo que aqui se traduz como uma dinâmica niilista que se caracteriza pela negação e exclusão do diferente, com sólidas raízes no ***jüdischer instinkt e jüdischer instinkt (cristão)***, e pela contestação de valores tidos como supremos. São eles: a) o niilismo imperfeito, que apesar de questionar a existência de Deus e do feudalismo, acaba por substituí-los pela crença nas Luzes e na Democracia; b) o niilismo perfeito, na figura do anarquismo russo, faz um questionamento mais radical e sem substituição e por isso fica mais próximo da possibilidade de realizar uma transvaloração de valores.

Para Nietzsche, a democracia representa a forma mais acabada de niilismo imperfeito, portanto, nos termos estabelecidos, mais distante de uma realização de uma transvaloração de valores. A democracia representativa moderna é, então, o prolongamento da dinâmica niilista, na medida em que: nega e exclui o diferente; traz a absolutização da moral judaico-cristã; incita o pertencimento ao rebanho; propõe a eliminação de conflitos entre perspectivas; cria um homem fraco e inofensivo; impõe a ideia da existência de um único tipo de felicidade; e, paradoxalmente, reprime e exclui tudo o que não seja igual a elas. É o que é possível depreender em um trecho do aforismo 472, *Religião e governo*, de *Humano Demasiado Humano*:

[...] os interesses do governo tutelar e os interesses da religião caminham de mãos dadas, de modo que, quando esta última começa a definhar, também o fundamento do Estado é abalado. A crença numa ordenação divina das coisas políticas, no mistério que seria a existência do Estado, é de procedência religiosa: se desaparecer a religião, o Estado inevitavelmente perderá seu antigo véu de Ísis e não mais despertará reverência. Observada de perto, a soberania do povo serve para afugentar também o último encanto e superstição no âmbito destes sentimentos; a democracia moderna é a forma histórica do *declínio do Estado* (NIETZSCHE, 2005, p. 230).

Na perspectiva nietzschiana, em outras palavras, é possível afirmar que a democracia é a expressão mais forte da Pequena política que, constituindo-se como uma expressão laicizada do Cristianismo, adentrou todas as esferas da cultura ocidental, por intermédio do seu 'projeto civilizatório'. A partir do seu princípio basilar que é a igualdade, paradoxalmente, o movimento democrático exerce a dinâmica niilista de isolamento, negação e extermínio das diferenças. Da mesma forma, a suposta igualdade democrática, ao perpetuar a tradição cristã, equivale à "igualdade das almas diante de Deus". Por fim, a igualdade da democracia, como mundanização cristã, é uma decadência igualitária democrática que faz parte da Pequena Política que homogeneiza os homens quando lhes atropela as diferenças.

Nesse sentido, há que lembrar que a essa imposição democrática da igualdade acaba por despotencializar as singularidades, tanto no âmbito individual quanto no âmbito político. No

primeiro, quando lhes tira a potência de vida ao lhe inibir as diferenças. No segundo, ao boicotar a atenção política para com a cultura, e se preocupar somente com partidos, votos, Parlamento etc. (Cf. GOICOCHEA, 2009, p 130). A propósito, há que se ressaltar que uma das distinções entre a Pequena Política e a Grande Política consiste, precisamente, no fato da primeira se ocupar da cultura e da valorização das diferenças singulares, enquanto a segunda se enreda nas malhas institucionais do poder que gira em torno de si próprio. Essa é uma das questões postas no longo aforismo 208 do *Além do Bem e do Mal* que no final se encontra um suspiro de otimismo: “O tempo da pequena política chegou ao fim: já o próximo século traz a luta pelo domínio da Terra – a *compulsão* à grande política” (NIETZSCHE, 1992, p. 114). Quem sabe se, tal como o filósofo, essa afirmação também não se realize de forma póstuma!

Considerações finais

Inicialmente foi explicitada a importância da temática sobre política abordada no livro de Viesenteiner (2006), do qual foi apresentada a primeira parte relativa à Pequena Política. Essa importância diz respeito, basicamente, a três motivos: inovação dos estudos políticos nietzschianos ainda pouco desenvolvidos no Brasil; distorção do pensamento político de Nietzsche e a consequente acusação de totalitarismo; e a própria inovação que Nietzsche traz para a concepção de Estado e política, na contramão da corrente moderna contratualista e liberal da modernidade, questionando a democracia representativa liberal moderna.

Em seguida, a Pequena Política foi situada no âmbito agonístico com a Grande Política para melhor entendimento de sua caracterização, buscando apresentar que o fracasso da modernidade e sua decadência são passíveis de superação pela Grande Política, a qual pode advir pelo esgotamento da Pequena Política e pela transvaloração de todos os valores.

Depois de explicitar a relação entre Grande Política e Pequena Política foi apresentada a construção da unilateralidade político-moral da Pequena Política, com sua recusa à diferença e pela marca da relação entre *decadence* e niilismo, tendo por base a análise nietzschiana da cultura judaica, do instinto judeu e do movimento cristão.

Por fim, foi apresentada, em três movimentos, a transformação dessa unilateralidade político-moral da Pequena Política: a nova expressão do niilismo na figura do niilismo imperfeito, o qual se caracteriza pelas novas ideias iluministas, as quais são compreendidas por Nietzsche como substitutas do Deus morto; a denúncia nietzschiana do pseudo humanismo igualitário presente na

proposta da democracia moderna de melhoramento da natureza humana; e, por fim, é trazida a ideia do niilismo perfeito na figura do *budismo de ação*, como Nietzsche chama o anarquismo russo, coroando a perspectiva da Pequena Política, pois o niilismo perfeito traz uma força destruidora que pode abalar aquela unilateralidade e promover uma mudança de perspectiva política que seja afirmativa da vida.

Todavia, é mostrado que apesar do radicalismo do budismo de ação, ele ainda se caracteriza como uma nova transformação da unilateralidade político-moral por perpetuar a lógica da negação da diferença e do conflito entre perspectivas, mas que pode encaminhar para o esgotamento dos elementos constitutivos da Pequena Política e, quem sabe, poderemos criar uma Grande Política.

REFERÊNCIAS:

- VIESENTEINER, Jorge Luiz. **A grande e a pequena política em Nietzsche**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ANSELL-PEARSON, Keith. **Nietzsche como pensador político: uma introdução**; tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli; consultoria, Fernando Salis. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BARRENECHEA, Miguel. A guerra e a “grande política” na interpretação de Nietzsche. In: **120 anos de “Para a genealogia da moral”**. PASCHOAL, A. E.; FREZZATTI JR., W. A. (orgs). Ijuí: Ed. Unijuí, 2008 (Coleção Nietzsche em perspectiva).
- LOPES, Adriana Delbó. **A questão da vontade nas análises políticas de Nietzsche**. In: Revista Trágica: Estudos sobre Nietzsche – 1º semestre de 2009 – Vol.2 – nº1 – pp.1-19
- MARTON, Scarlett. **Nietzsche, filósofo da suspeita**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GOICOCHEA, Diego Felipe Paredes. **La crítica de Nietzsche a la democracia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Filosofía, 2009. (Biblioteca abierta. Filosofía).